

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Campus Sorocaba
Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Departamento de Ciências Humanas e Educação

Isabela Cristina Zocca Soares

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
SUA INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO: da escolarização
até o contexto laboral**

Sorocaba

2024

Isabela Cristina Zocca Soares

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
SUA INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO: da escolarização
até o contexto laboral**

Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Federal
de São Carlos como requisito parcial para obtenção do
título de licenciando em Pedagogia.

Área de concentração: Pedagogia

Orientador: Profa. Dra. Débora Dainez

Sorocaba

2024



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - CCPedL-So/CCHB
 Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264, s/n - Bairro Itinga, Sorocaba/SP, CEP 18052-780
 Telefone: (15) 32295978 - <http://www.ufscar.br>

DP-TCC-FA nº 1/2024/CCPedL-So/CCHB

Graduação: Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso
Folha Aprovação (GDP-TCC-FA)

FOLHA DE APROVAÇÃO**ISABELA CRISTINA ZOCCA SOARES****TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO****Trabalho de Conclusão de Curso****Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba**

Sorocaba, 6 de fevereiro de 2024

ASSINATURAS E CIÊNCIAS

Cargo/Função	Nome Completo
Orientadora	Prof.ª Dr.ª Débora Dainez
Membro da Banca 1	Prof.ª Dr.ª Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves
Membro da Banca 2	Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina Leança Soares Alves



Documento assinado eletronicamente por **Debora Dainez, Professor(a)**, em 06/02/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Teresa Cristina Leanca Soares Alves, Professor(a) Efetivo(a)**, em 06/02/2024, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1330107** e o código CRC **B9026C7E**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.000869/2024-78

SEI nº 1330107

Modelo de Documento: Grad: Defesa TCC: Folha Aprovação, versão de 02/Agosto/2019

DocuSigned by:

 F5E30C14B2E141D...

Prof.ª Dr.ª Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves

SUMÁRIO

RESUMO _____	05
ABSTRACT _____	06
INTRODUÇÃO _____	07
DISCUSSÃO TEÓRICA _____	09
METODOLOGIA _____	16
RESULTADOS E ANÁLISES _____	18
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS _____	24
CONCLUSÃO _____	30
REFERENCIAS _____	32

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar a trajetória de vida das pessoas com deficiência, focalizando o processo de escolarização, a fim de identificar os fatores que contribuíram para o acesso ao mundo do trabalho. Diante disso, realizou-se uma minuciosa pesquisa bibliográfica a fim de compreender o que está sendo produzido sobre a trajetória de vida desses indivíduos. Com isso, selecionamos estudos que relataram o processo de educação desses indivíduos e de inserção no mundo do trabalho. Foram selecionados 08 textos para estudo, publicados na última década. A partir das análises é possível compreender os desafios vividos por essa população desde a Educação Básica até a entrada no mundo do trabalho. Diante disso, é preciso pautar a contradição de incluir numa sociedade que exclui tudo e todos que fogem do padrão de normatividade enraizado na coletividade. Assim sendo, é imprescindível que haja avanços no que tange as legislações e ações afirmativas que visam a participação social e a erradicação da discriminação desses sujeitos. Também é preciso pautar as relações hegemônicas na educação, que não contempla as necessidades e as subjetividades dos seus estudantes. Apesar da escola ser um lugar de aprendizado, realizações, de autonomia e socialização, ela é permeada por contradições, como o bullying, a falta de acessibilidade atitudinal e de materiais para as PcD e a falta de preparo dos educadores que atuam nesses espaços.

Palavras chaves: trajetória de vida, escolarização, mundo do trabalho, deficiência.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the life trajectory of people with disabilities, focusing on the educational process, in order to identify the factors that contributed to access to the labor market. Therefore, a thorough bibliographic research was conducted to understand what is being produced about the life trajectory of these individuals. Thus, we selected studies that reported on the education process of these individuals and their integration into the labor market. Eight texts were selected for study, published in the last decade. From the analyses, it is possible to understand the challenges experienced by this population from Basic Education to entry into the labor market. Therefore, it is necessary to address the contradiction of including in a society that excludes everything and everyone who deviates from the standard of normativity rooted in collectivity. Thus, it is essential that there be advances regarding legislation and affirmative actions aimed at social participation and the eradication of discrimination against these individuals. It is also necessary to address hegemonic relationships in education, which do not address the needs and subjectivities of their students. Despite the school being a place of learning, achievements, autonomy, and socialization, it is permeated by contradictions, such as bullying, lack of attitudinal accessibility and materials for PWDs, and the lack of preparation of educators who work in these spaces.

Keywords: life trajectory, education, labor market, disability.

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa desdobra-se de um estudo realizado no âmbito do programa de Iniciação Científica (IC) entre o período de setembro de 2021 a agosto de 2022, com bolsa concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o que é um fator muito importante na vivência da vida acadêmica.

No período de realização da pesquisa, vale mencionar que participei do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial/UFSCar Sorocaba e das reuniões de orientação com a Prof^a Dr^a Débora Dainez. Além disso, houve a apresentação da pesquisa no VIII Simpósio de Educação Inclusiva: pluralidade e diversidade em tempos adversos e no XXIX Congresso de Iniciação Científica, realizado no ano de 2023. Essas experiências potencializaram a minha formação pedagógica e a constituição do meu olhar investigativo.

É importante destacar que, a priori, o projeto de iniciação científica buscava investigar sobre as condições de trabalho dos funcionários públicos com deficiência que atuam nas instituições de ensino de um município localizado no estado de São Paulo; no entanto, a pesquisa foi denegada pela Secretaria Municipal de Educação, com parecer de que somente pesquisas a nível de pós-graduação eram autorizadas. O interesse por esse tema emergiu do contato que tive com conteúdos digitais produzidos por pessoas com deficiência na internet, que abordam sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), sobre preconceito, exclusão, sobre o capacitismo etc. Outro cerne para o interesse na temática da inclusão é o fato da minha mãe atuar como inspetora em uma Rede Pública Municipal, o que me permitiu aproximar da realidade vivida por funcionários com deficiência que atuam nas escolas.

Dito isso, após reelaborado, o projeto de IC teve como temática a produção de conhecimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho a partir da busca de teses e dissertações na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e de artigos científicos no Google Acadêmico e no SciELO. Seleccionamos 107 textos em português, produzidos entre os anos 2000 e 2021, para o desenvolvimento do estudo. Desses 107

trabalhos houve duplicações, contudo, quando excluímos os textos duplicados, restaram 98 materiais.

As publicações encontradas foram produzidas em diversas regiões do Brasil e a grande parte dos materiais focalizaram as legislações, ações afirmativas e práticas sociais e institucionais voltadas às pessoas com deficiência e sua inclusão no mundo do trabalho. Outro ponto fulcral ressaltado no estudo bibliográfico foi o uso de questionários e entrevistas na maioria das pesquisas, o que nos mostra que os pesquisadores buscaram dar voz as pessoas com deficiência e compreender sua subjetividade e necessidades específicas.

Após a análise dos materiais foi realizado um mapeamento dos desafios que incidem o contexto laboral, dentre eles: a falta de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal) e falta de tecnologias auxiliando o processo de inclusão; pouco acesso e participação dessa população no mundo do trabalho; baixa escolarização e qualificação das pessoas com deficiência (justificativa das empresas); baixa ou nenhuma oportunidade de subir de cargo na empresa (o que desmotiva o trabalhador com deficiência). Os estudos também ressaltam que é preciso atualizar e implementar políticas públicas visando a participação efetiva das pessoas com deficiência (PcD) no mundo do trabalho. Revelam, ainda, a necessidade de mais estudos sobre a temática que ampliem o espaço de voz das pessoas com deficiência. Além disso, apenas um material coletado para o estudo trouxe a temática do gênero e da deficiência.

Contudo, devemos nos questionar as possibilidades de incluir numa sociedade que tem como um de seus alicerces a exclusão (Lancillotti, 2003). Portanto, é preciso ter em mente a contradição de incluir no sistema socioeconômico capitalista; sistema que promove o individualismo exacerbado, característica que contribui para a desvalorização do outro, a competitividade e, sobretudo, excluí aquele que é diferente (Martins, 2008; Mariano Da Rosa, 2015). Dito isso, é importante questionar se a inclusão pode ser de fato realizada nesse modelo social.

Apesar disso, na presente pesquisa utiliza-se o termo inclusão para se referir aos espaços ocupados pelas PcD nas diferentes esferas sociais. Essa nomenclatura é utilizada levando em consideração que durante muito tempo

esses indivíduos foram postos de lado, ou seja, não eram considerados partes da sociedade.

Diante disso, coloca-se a pertinência de estudar a trajetória de vida das pessoas com deficiência, de forma a promover um espaço de voz ativa e conhecer as condições que viabilizam ou impedem a participação desses indivíduos no mundo do trabalho. Desta maneira, a principal indagação que emerge no âmbito do presente estudo é a seguinte: Que conhecimentos têm sido produzido sobre a relação trajetória de vida das pessoas com deficiência, escolarização e acesso ao mundo do trabalho? Temos, assim, como objetivo geral da pesquisa analisar estudos que focalizem a trajetória de vida de PcD, abordando o processo de escolarização, a fim de identificar os fatores que contribuíram para o acesso ao mundo do trabalho.

Nesse trabalho, entendemos como trajetória de vida todo o processo vivido pelas PcD, partindo desde a sua infância até a vida adulta, ou seja, todas as experiências vividas por esses indivíduos e suas percepções acerca das possibilidades e dos desafios enfrentados por eles nessa longa jornada.

Os objetivos específicos são: - compreender como aconteceu o processo de escolarização e quais foram os principais mediadores que ancoraram a permanência e o desempenho escolar; - conhecer as formas de apoio/suporte e as principais barreiras encontradas pelas PcD para acessar o mundo do trabalho e; - identificar as possibilidades e os desafios que as PcD encontram no ambiente laboral.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

Historicamente as pessoas com deficiência foram marginalizadas e segregadas socialmente e passou a ser pauta de atenção social muito tardiamente. A elas foram negadas condições dignas de vida e acesso aos bens culturais. A educação dessa população é fortemente marcada pela filantropia e assistencialismo; constituiu-se ao longo do processo histórico como uma rede paralela a educação regular (Jannuzzi, 2006).

Assim sendo, há muito que se avançar para garantir efetivamente condições de participação das pessoas com deficiência na prática social, nas várias dimensões da vida coletiva. É importante investigar e estudar sobre a história das PcD na sociedade, no âmbito das instituições, além das

possibilidades e das dificuldades que encontraram ao longo de seu percurso de constituição.

As PcD encontram obstáculos sociais para a inclusão no mundo do trabalho, por se tratar de um grupo historicamente oprimido e marginalizado, mas também encontram dificuldades de se incluírem socialmente desde a Educação Básica.

É importante considerarmos que a trajetória de vida das PcD corrobora para a sua inclusão social e laboral. As implicações do contexto social em que a pessoa está inserida circunscreve as suas condições de acesso à cultura, às atividades, práticas e instituições sociais. A família e a escola têm um papel importante no processo de desenvolvimento de qualquer indivíduo; a família por ser o primeiro grupo de socialização de uma criança, na qual ensina valores, crenças etc.; já a escola, por ser um lugar de aprendizado, socialização e exploração do mundo, onde a criança vai aprender a conviver em sociedade e respeitar as diferenças existentes nela. Assim sendo, a família e a escola têm que andar alinhadas uma com a outra, havendo colaboração e troca em todas as etapas educativas do Ensino Básico e, se necessário, no Ensino Superior (Marcondes; Sigolo, 2012, p. 98 *apud* Souza, 2018).

Ao longo da história, o olhar sobre as pessoas com deficiência foi mudando, passaram a ser concebidas como sujeitos de direitos, mas antes não eram vistas dessa forma. O auxílio prestado às PcD se dava como forma de caridade e, tal fato, marcou também a educação desses indivíduos. As instituições de educação especial predominantemente privadas e de caráter filantrópico, que se preocupavam com o bem-estar das pessoas com deficiência (Siems-Marcondes e Caiado, 2013).

Um marco da filantropia no Brasil são as Santas Casas de Misericórdia que existem desde o período colonial, lugares nos quais atendiam os indivíduos excluídos socialmente. As primeiras instituições voltadas especificamente para as PcD foram em pavilhões de hospitais e em hospícios. Com isso, é notório a tradição do assistencialismo no que tange as PcD. Além disso, temos o surgimento do Instituto para Cego (1854) e o Instituto para Surdos-Mudos (1856). Já em 1918 temos a fundação do Instituto Pestalozzi, que tinha como objetivo cuidar das pessoas com deficiência. Já em 1954 tem-se a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e em 1963 surge a Federação

Nacional de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes) que tinha o intuito de prestar assistência as PcD, além de seu caráter educativo. Outro marco importante é a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenes) em 1974, sendo o primeiro órgão voltado a educação de pessoas com deficiência no Ministério da Educação (MEC) (Siems-Marcondes e Caiado, 2013).

Além disso a Constituição Federal de 1988 decreta que todos são iguais perante a lei e, ainda, em seu artigo 1º garante como direitos de todos a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais ao trabalho e a livre iniciativa e ao pluralismo político. Em consonância a isso, no mesmo documento, em seu artigo 6º, são garantidos como direitos sociais “[.] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”.

Em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ressaltando a educação como um direito de todos, além de definir o que é educação especial em seu artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996)

Com isso, percebemos que o lugar das crianças com deficiência passa a ser nos espaços comuns e os serviços especializados, destinados a esse público, passa a ser um complemento às escolas regulares (Kassar, 2016). Além disso, Siems-Marcondes e Caiado (2013) resalta a seguinte recomendação feita pelo MEC:

[...] nós compreendemos que a escola especial tem um papel a cumprir. Há aspectos que são de atendimento que é oferecido pela escola especial que muitas vezes a escola regular não é capaz de cumprir. [...] Há uma dimensão de socialização da escola regular que a escola especial não pode cumprir.

Ou seja, é ressaltada a importância do olhar atento à criança com deficiência, para que ela tenha uma boa formação e se desenvolva integralmente, segundo suas subjetividades.

Entretanto, o percentual de PcD incluídas na educação ainda é muito baixo. Foi divulgado pelo Censo Escolar de 2016 que “no ensino superior 1% dos matriculados são pessoas com deficiência e no Ensino Básico esse percentual é de 2%” (INEP, 2016 *apud* Nogueira, 2019). Segundo Nogueira (2019), é imprescindível que as pessoas com deficiência ocupem as instituições de ensino, principalmente as de Ensino Superior, tendo em vista que essa última promove uma formação mais ampla que permite adentrar e ter uma ascensão no contexto laboral.

Levando em consideração que muitas pessoas com deficiência de 0 a 18 anos que recebiam bolsa do Benefício da Prestação (BPC) continuada não estavam inseridas dentro do sistema educacional, criou-se o Programa BPC na Escola, que visa garantir o acesso e a permanência desses indivíduos dentro da instituição escolar, articulando ações das seguintes áreas: saúde, educação, assistência social e direitos humanos. É revelado que, após a criação do Programa BPC na Escola, os níveis de matrículas de PcD foram promissores, mas ainda tem muito no que avançar (BRASIL, Portaria n. 8, 2007 *apud* Caiado, Gonçalves, Telles, Macalli, 2014).

Apesar disso, muitas PcD, principalmente as com deficiência intelectual, não estão inseridas dentro do contexto escolar na idade considerada correta. Segundo Gonçalves (*apud* Gonçalves *et al* 2015), há uma tendência de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e, ainda, essas matrículas estão “concentradas em instituições especiais que “ofertam” a EJA” (Gonçalves *apud* Gonçalves *et al* 2015).

É imprescindível ressaltar que a escola, enquanto instituição social, expressa as mazelas que permeiam a sociedade. Ou seja, o preconceito e o estigma acerca das PcD é uma problemática existente dentro da instituição escolar. Além disso, segundo Souza (2023), o que se tem visto é que colocam as pessoas com deficiência dentro da escola, mas não há uma educação inclusiva de fato, pois não há a preocupação com a qualidade do ensino que vai ser ofertado, além de outras questões, como a falta de acessibilidade. Além disso, os reflexos da sociedade capitalista permeia dentro da escola e, assim

como nossa sociedade, a escola não está preparada para receber esses alunos, ou seja, não garante um bom ensino e nem as adequações necessárias para esse público (Barroco, 2011 *apud* Gonçalves *et al* 2014). Sobre esse fato, Gonçalves, Meletti e Santos (2015) evidenciam que

[...] o Brasil ainda possui um alto índice de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (44,9%). Esse dado alarmante mostra que muitas pessoas ainda estão excluídas da escola, sem apropriação dos conteúdos escolares básicos. Ao tratar das pessoas com deficiência, acima dos 10 anos de idade, os índices de analfabetismo apresentaram destaques, sobretudo, na deficiência mental. Ao tratar das pessoas com deficiência com 10 anos de idade ou mais os dados mostram que, em média, são analfabetas: 13,5% das pessoas com deficiência visual, 21,2% das pessoas com deficiência auditiva, 30,2% das pessoas com deficiência física e 45,6% das pessoas com deficiência mental. Ainda com relação à população com deficiência mental, 52,5% na faixa etária dos 10 aos 14 anos é analfabeta.

Diante do exposto, é importante frisar que a educação no Brasil, historicamente falando, até pouco tempo era extremamente elitista. Apenas pessoas com um poder aquisitivo tinha acesso à educação. Igualmente, o Ensino Superior brasileiro também foi fundado sob essa lógica de poder. Ou seja, para os grupos sociais marginalizados ao longo da história (mulheres, negros, PcD etc.), adentrar nesse espaço é uma conquista recente, pois foi apenas em 1996 que elaboraram a primeira política pública para a inclusão da PcD no Ensino Superior através do Aviso Curricular nº277 (Torres, 2018).

Além disso, há uma lei que visa a acessibilidade da PcD para ingressar no Ensino Superior através do vestibular, sendo ela a Lei 7.853, regulamentada pelo Decreto 3298 que sanciona a acessibilidade quando a PcD vai realizar a prova, sendo previamente solicitado pelo vestibulando os recursos dos quais vai precisar. Paralelamente a isso, há leis que visam melhorar a acessibilidade dentro da Instituição de Ensino Superior (IES), como a Lei de Acessibilidade e a Portaria nº3284 de 2003 (Carvalho, 2015). Também há o programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Incluir), que visa:

- 1.1 Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;
- 1.2 Promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas (IFES);
- 1.3 Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;
- 1.4 Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações (Edital Incluir, 2008 *apud* Carvalho, 2015).

No que se refere ao direito ao trabalho, no artigo 7, inciso XXXI, da Constituição Federal é mencionada a proibição da discriminação no que tange o salário e a admissão das pessoas com deficiência, e o artigo 37 do mesmo documento prevê, no inciso VIII, a reserva de vagas em cargos e empregos públicos. Além disso, há outras legislações que visam a proteção da PcD no que tange o preconceito e a discriminação e que dão suporte a entrada desses indivíduos no mundo do trabalho, dentre elas destacamos:

- Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que visa um percentual de vagas para a inclusão da PcD no setor privado;

- Benefício da Prestação continuada (Lei nº 8.742/1993, revogada pelo decreto nº 6.214/2007), que visa dar suporte monetário de um salário-mínimo por mês ao idoso ou pessoas com deficiência;

- Decreto nº 5.296/2004, que busca garantir o direito a acessibilidade da PcD de acordo com suas particularidades;

- Lei nº 3.956/2001, que parte do pressuposto de que a pessoa com deficiência tem os mesmos direitos e necessidades assim como os outros cidadãos, e visa erradicar qualquer forma de discriminação e preconceito.

Como visto, há diversas legislações que buscam incluir a PcD no mundo do trabalho. Com isso, Lancillotti (2003) questiona qual fator define as possibilidades de uma pessoa ter direito ao trabalho e ressalta que isso depende das condições históricas nas quais estão inseridas. Dessa forma, cabe mencionar que vivemos em um sistema social cujo modelo socioeconômico tem como principal característica a exclusão e a desigualdade. Esse fator desencadeia individualismo, competição, reforça os preconceitos, estereótipos, discriminação e segregação.

Ainda hoje muitas pessoas com deficiência não estão inseridas no contexto laboral ou, quando trabalham, estão em cargos operacionais ou estão atuando informalmente. Podemos atrelar a exclusão das PcD ao modelo socioeconômico que enxerga esses corpos como menos produtivos e incapazes. Esse estigma acerca das PcD é denominado capacitismo.

O capacitismo consiste em um pré-conceito destinado às pessoas com deficiência por fugirem do padrão corporal imposto socialmente, o que resulta em estigmas e estereótipos de que esses corpos/sujeitos são incapazes ou menos capazes por possuírem uma deficiência. O capacitismo é um problema

decorrente dos marcadores sociais da diferença, no qual as pessoas com deficiência se encaixam numa minoria marginalizada socialmente, junto com outros grupos, sendo eles: grupos étnico-raciais, mulheres, LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais) etc.

Há muitos entraves para a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, sendo que o principal argumento que as empresas usam para a não contratação da PcD é a falta de escolarização e a baixa qualificação desse grupo (Leme, 2015). Assim sendo, Lancillotti (2003) disserta que o direito ao trabalho é um objetivo que precisa ser conquistado pela educação inclusiva, pois só assim as PcD vão ser incluídas socialmente. Sobre isso Lancillotti (2003) explica que a escola é parte de um contexto social mais amplo, sendo uma instituição em que as contradições, que permeiam a sociedade, estão presentes.

Diversos autores dissertam sobre a relação de uma educação inclusiva de qualidade e a inclusão no mercado de trabalho (Lancillotti, 2003; Laraia, 2009; Neves-Silva, Prais e Silveira, 2015; Ribeiro, Lima, 2010; Rodrigues, Pereira, 2021) e sobre este aspecto é ressaltado a relação entre a educação e a inclusão laboral, levando em consideração que a formação humana integral é condição para a inclusão laboral. Dessa forma, torna-se essencial abordarmos a trajetória de vida das PcD, focalizando a escolarização, sendo que esse processo está implicado na inserção e participação das pessoas no mundo do trabalho, sendo que a escola prepara esses indivíduos para atuarem nos diversos âmbitos sociais, inclusive para atuarem no mundo do trabalho.

Diante dessa explanação é importante frisar que o trabalho é um ponto central na vida dos indivíduos atualmente, pois é por meio dele que as pessoas trocam sua mão de obra por uma remuneração, o salário. Nos dias de hoje, essa é a forma mais utilizada para a sobrevivência, pois é através dessa remuneração que os sujeitos conseguem garantir seus direitos básicos (moradia, alimentação, vestimenta etc.) e seu lazer.

Com a baixa inclusão/exclusão das PcD no contexto laboral, esses indivíduos não terão oportunidade de obter o capital através do seu trabalho e, tal fato, pode abalar a autoestima desses sujeitos, pois reforça os estigmas capacitistas de incapacidade. Além disso, o trabalho para as PcD não é só uma forma de garantir seus direitos básicos e sua sobrevivência, também é uma forma de quebrar os preconceitos acerca desse grupo, mostrando que são

capazes; é uma forma de socializar e fazer amigos; é uma forma de melhorar a autoestima e, principalmente, uma forma de se sentir um cidadão ativo e parte da comunidade na qual está inserido.

Com isso, é importante compreender como se dá o processo de escolarização desses indivíduos na Educação Básica e suas possíveis repercussões no processo de inserção da PcD no mundo do trabalho.

3. METODOLOGIA

De forma a analisar as pesquisas sobre a trajetória de vida das pessoas com deficiência, focalizando o processo de escolarização, e identificar os fatores que contribuíram para o acesso ao mundo do trabalho, desenvolvemos um estudo qualitativo. Esse enfoque foi escolhido por ser uma pesquisa que estuda ambientes e seres subjetivos, com o intuito de analisar o que vem sendo produzido sobre a inclusão desses indivíduos nos diversos contextos sociais, partindo desde a escola até na vida adulta.

Com isso, buscamos, através da pesquisa qualitativa, compreender os fenômenos em estudo e as possibilidades e os entraves que permeiam esse grupo social (Neves, 1996). Segundo Nogueira (2019), a pesquisa qualitativa aproxima o pesquisador do público-alvo (as PcD) e de suas experiências vividas no dia a dia.

Fez-se uso da pesquisa bibliográfica para a coleta dos materiais, pois entende-se que ela é de suma importância para que o pesquisador descubra o que está sendo produzido sobre a temática em estudo (Sousa, Oliveira e Alves 2021), com o intuito de aprimorar e atualizar o conhecimento através da investigação científica de obras já publicadas (Souza *et al* 2021).

Sobre a pesquisa bibliográfica é importante salientar que

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32 *apud* Souza *et al* 2021).

Além disso, é essencial que o autor do texto sistematize as obras que foram selecionadas para o estudo e as analise meticulosamente, para que, assim, tenha bons fundamentos teóricos.

Levando em consideração o que foi exposto anteriormente, o presente estudo realizou pesquisas bibliográficas em quatro banco de dados, sendo eles: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), CAPES Teses e Dissertações, Periódicos Capes e SciELO. A escolha desses bancos de dados se deu por conta da confiabilidade e do comprometimento desses sites com a ciência e com a propagação do conhecimento científico.

Nas buscas foram utilizados os seguintes descritores: pessoas com deficiência; história de vida; trajetória escolar; mundo do trabalho.

Foram selecionados estudos publicados na última década. A escolha desse recorte temporal foi pensando na produção de conhecimento mais atualizada sobre o tema, o que é importante para que o estudo não se baseie em dados defasados e que já foram passíveis de mudança.

Os estudos para a realização da pesquisa foram iniciados na segunda quinzena do mês de junho de 2023, a partir de livros e materiais que tiveram como pauta a inclusão de forma geral (escolar, social e laboral). Já em outubro do mesmo ano iniciou-se as buscas com as palavras-chave citadas acima.

Durante as buscas na BDTD foram gerados 21 resultados, mas apenas 07 foram de pertinência ao estudo. Já na CAPES Teses e Dissertações, foram obtidos 07 estudos, mas selecionamos apenas 03, em seguida a busca foi realizada no Periódicos Capes, plataforma na qual tinha apenas 02 estudos, mas nenhum foi selecionado. Por último, realizou-se a pesquisa no SciELO, plataforma que não apresentou nenhum resultado. Ao todo foram selecionados 10 materiais pertinentes a essa pesquisa, selecionados após uma leitura e análise minuciosa dos resumos.

Após a seleção dos textos para estudo, iniciou-se a leitura deles e a análise dos dados apresentados, o que durou 04 meses (de outubro a janeiro). A partir desse movimento, deu-se início a mais um processo de análise para a sistematização dos dados encontrados, o que será apresentado no tópico a seguir.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Após a realização da pesquisa bibliográfica foram selecionados 10 materiais que abordam sobre a trajetória de vida de pessoas com deficiência de acordo com o objetivo desse estudo, que tem como intuito analisar esses materiais, focalizando os fatores que contribuíram para a inclusão das PcD no mundo do trabalho. Esses materiais vão ser apresentados a seguir no quadro 1.

QUADRO 1: Materiais selecionados para estudo.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações				
Nº	Autor(a)	Título	Tipologia textual	Data de publicação
01	Carvalho, Cristina Linares Cintra de	Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos	Dissertação	2015
02	Coelho, Lilian Freitas	Identidade e intracultura nas trajetórias de vida dos estudantes com deficiência visual dos cursos de licenciatura do Instituto Federal Do Ceará (IFCE) E DA Universidade Federal do Ceará (UFC)	Dissertação	2016
03	Peres, Amanda Grasiela da Luz	Sentidos e significados do trabalho para servidores públicos com deficiência: um olhar a partir de trajetórias de vida e trabalho	Dissertação	2016
04	Souza, Nathalia Eugenio de	Narrativas de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma reflexão sobre autopercepção e trajetória escolar a partir da metodologia de História de Vida	Dissertação	2018

05	Torres, Natali Esteve	Trajetórias de mulheres com deficiência na educação superior: barreiras e possibilidades	Dissertação	2018
06	Nogueira, Lilian de Fatima Zanoni	Educação superior e inclusão: trajetórias de estudantes universitários com deficiência e a intervenção da terapia ocupacional	Tese	2019
07	Saccol, Lilian Roberta Ilha	Da perda de visão ao exercício da docência: a narrativa de vida de Deverlan Dalla Lana Machado	Tese	2022
CAPES Teses e Dissertações				
	Autor(a)	Título	Tipologia textual	Data de publicação
08	Nogueira, Lilian de Fatima Zanoni	Educação superior e inclusão: trajetórias de estudantes universitários com deficiência e a intervenção da terapia ocupacional	Tese	2019
09	Saccol, Lilian Roberta Ilha	Da perda de visão ao exercício da docência: a narrativa de vida de Deverlan Dalla Lana Machado	Tese	2022
10	Viana, Mayara Macarine Albuquerque	Processos de capacitação e construção de trajetórias laborais das pessoas com deficiência em Dourados MS	Dissertação	2023
Periódicos Capes				

	Autor(a)	Título	Tipologia textual	Data de publicação
--	--	--	--	--
SciELO				
	Autor(a)	Título	Tipologia textual	Data de publicação
--	--	--	--	--

Fonte: Quadro formulado pela autora do texto.

Diante da relação de materiais encontrados nos respectivos bancos de dados, é importante frisar que foram encontrados 10 textos pertinentes a temática em estudo, sendo que 07 desses materiais foram encontrados na BDTD e os outros 3 no portal de teses e dissertações da Capes. Assim sendo, foram encontrados 02 materiais no site de periódicos da Capes, mas nenhum com pertinência para a pesquisa e nenhum material no SciELO. Outro ponto a ser levantado é que, dos 10 textos selecionados, há duplicação, sendo eles os textos de número 07 e 09; e 06 e 08. Assim sendo, há 08 materiais para estudo.

Desses 08 materiais estudados, 06 são dissertações de mestrado e 02 são teses de doutorado. Outro fator que podemos observar é a data em que foram publicados, sendo que os anos com mais publicações foram os anos 2016, 2018, 2019 e 2022 com dois materiais publicados em cada um desses anos, seguido dos anos 2015 e 2023 com uma publicação em cada um desses anos. Além disso, não houve publicações nos anos 2017, 2020 e 2021. Nota-se que as pesquisas sobre a trajetória de vida das pessoas com deficiência são bem escassas e que tem muito no que se avançar nos estudos sobre a temática.

A seguir, será sistematizado em quais Instituições de Ensino Superior (IES) esses estudos foram produzidos.

TABELA 1: Relação dos materiais e das universidades em que foram produzidos.

Instituição	Sigla	Privada ou Pública	Nº de Publicações
Universidade de Salamanca	USAL	Pública	01
Universidade de São Paulo	USP	Pública	01
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Pública	01
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Pública	01

Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Pública	01
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Pública	02
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pública	01

Fonte: Tabela formulada pela autora do texto.

Nota-se que todos os estudos selecionados foram produzidos em IES públicas e que as publicações foram feitas em diversas regiões do Brasil. Além disso, a IES com mais publicação foi a UFSM, com dois estudos, sendo que as restantes contaram apenas com 01 publicação na última década.

Além disso, é importante pontuar as áreas do conhecimento que investigam sobre a história de vida e a trajetória escolar das PcD para sua inclusão no mundo do trabalho.

TABELA 2: Área do conhecimento dos materiais em análise

Área do Conhecimento	Total de Publicações
Administração	01
Antropologia	01
Contabilidade	01
Educação	03
Psicologia	01
Terapia Ocupacional	01

Fonte: Tabela formulada pela autora do texto.

Podemos notar que o maior número de publicações é da área educacional, sendo possível atrelar tal dado ao fato de que os educadores estão preocupados com o processo de ensino e aprendizado das pessoas com deficiência, sendo algo positivo para que, no futuro, a inclusão nas escolas e, conseqüentemente, no mundo do trabalho, melhore com a ampliação dos estudos nessa área e também potencialize reflexões sobre a escolarização desses indivíduos, estudando e elaborando propostas e didáticas para que esses estudantes sejam incluídos e tenham uma experiência positiva no processo de ensino e aprendizagem.

Na tabela seguinte analisaremos os enfoques metodológicos dos materiais em estudo.

TABELA 3: Enfoque metodológico das pesquisas selecionadas.

Enfoque Metodológico	Quantidade de Textos
Qualitativo	07

Qualitativo e Quantitativo	01
----------------------------	----

Fonte: Tabela formulada pela autora do texto.

É perceptível que todos os estudos utilizaram o enfoque metodológico em sua pesquisa, exceto por um, que fez uso tanto do enfoque quantitativo quanto do qualitativo.

Com isso, podemos notar que esses estudos visam entender a subjetividade das PcD e seu contexto histórico e social, sendo um dos objetivos da pesquisa qualitativa, pois ela é usada quando pretende-se investigar a relação do sujeito com a problemática em estudo.

A seguir analisaremos os tipos de pesquisas utilizados nos materiais selecionados.

TABELA 4: Tipos de pesquisa dos materiais em estudo.

Tipos de Pesquisa	Quantidade de Textos
História de Vida	04
Pesquisa Exploratória	01
Pesquisa Narrativa	01
Não específica	01
Utiliza mais de um tipo de pesquisa	01

Fonte: Tabela formulada pela autora do texto.

O tipo de pesquisa mais utilizado nos estudos foi a história de vida, com 04 estudos. O restante fez uso da pesquisa exploratória, pesquisa narrativa, um estudo não específica e o último faz uso de mais de um tipo de pesquisa, sendo elas: pesquisa bibliográfica e história de vida.

Através desses dados, é notório que esses estudos buscam ouvir as PcD e como foram suas trajetórias, levando em consideração que o sujeito principal, quando abordamos a história de vida, é a pessoa entrevistada. Nesse caso, as pessoas com deficiência.

Sobre a história de vida, alguns autores ressaltam que:

Isso sugere que não se pode antecipar qual o peso que as experiências terão durante a trajetória de cada sujeito, principalmente por não haver condições de se saber como as experiências são tomadas pelo sujeito, salvo pela produção de sua própria narrativa, em que se volta para si e por meio dela, reconstrói o vivido em um novo tempo (Silva; Bastos, 2016, p. 121 *apud* Saccol, 2022).

Portanto, as pesquisas se preocuparam com as narrativas dos sujeitos e suas experiências, buscando ouvi-los e respeitando cada vivência de sua história.

A seguir serão elencados os procedimentos metodológicos dos materiais selecionados para estudo.

TABELA 5: Procedimentos metodológicos utilizados nos materiais.

Procedimentos Metodológicos	Quantidade de Textos
Entrevistas	06
Utiliza mais de um procedimento metodológico	02

Fonte: Tabela formulada pela autora do texto.

Se tratando dos procedimentos metodológicos, a entrevista foi utilizada em todos os estudos; além disso, dois dos estudos utilizaram mais de um procedimento, sendo que neles foram utilizados:

- 1º estudo: estudo documental e entrevistas e;
- 2º estudo: análise bibliométrica e entrevistas.

Esse dado é de suma importância, pois as entrevistas são utilizadas com o intuito de escutar o que os sujeitos da pesquisa têm a dizer, suas perspectivas, histórias, anseios etc. E, neste caso, dar voz às PcD, que foram historicamente marginalizadas e segregadas socialmente. Assim, por meio de suas vivências, podemos repensar as barreiras e as possibilidades que permeiam nosso cenário atual e pensar na inclusão sob a ótica de pessoas que vivenciam a exclusão no seu cotidiano.

Para finalizar este tópico, é imprescindível destacar sobre as temáticas abordadas nos materiais selecionados, nas quais estudam a trajetória de vida das pessoas com deficiência. Apesar dos estudos apresentarem enfoque metodológico, tipo de pesquisa e procedimentos metodológicos iguais, é importante frisar que suas temáticas foram distintas com colaborações ímpares e subjetivas.

Desses 08 estudos:

- 04 estudos dissertam sobre a trajetória das PcD até sua entrada no Ensino Superior e focalizam na percepção desses indivíduos sobre essa etapa formativa;
- 03 estudos dissertam sobre a trajetória de vida das PcD até a chegada no mundo do trabalho e;
- 01 estudo disserta sobre a trajetória escolar das PcD de forma geral.

No tópico seguinte, abordaremos mais a fundo sobre as contribuições que estes materiais trazem para a presente pesquisa, elencando os conteúdos deles aos nossos objetivos de pesquisa.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Para abordarmos a inclusão de pessoas com deficiência no mundo de trabalho é essencial questionarmos qual foi a trajetória de cada indivíduo para que conquistasse seu espaço dentro do ambiente laboral, tendo em vista que o principal argumento das empresas para a não contratação de PcD é a falta de escolarização, mas será que essa falta não está intrinsecamente relacionada a falta de qualidade/acessibilidade quando pautamos a formação desses indivíduos?

Um ponto importante a ser ressaltado é que, a partir da década de 1990, a educação brasileira recebe forte influência do Banco Mundial, o que traz consequências diretas para o currículo escolar, pois, a partir daí, a educação começa a seguir a lógica do mercado:

Se a educação básica e o sistema de desenvolvimento de competências estiverem preparados para atender às demandas dos empregadores, os jovens terão maior chance de acompanhar as mudanças e atendê-las [...]. Portanto, a aquisição de competências na escola, bem como no mercado de trabalho, torna-se parte do capital humano do Brasil e determina as perspectivas de produtividade e inclusão (BANCO MUNDIAL, 2018a, p. 9 apud Gonçalves et al 2020).

Portanto, é perceptível que a educação vem seguindo uma lógica tecnicista que visa preparar esses alunos para o ingresso e participação no contexto laboral.

Segundo Viana (2023), “as dificuldades enfrentadas no processo laboral refletem as relações presentes no decorrer da vida escolar que possibilitaria o desenvolvimento profissional e pessoal dos indivíduos.” Ou seja, como foi visto anteriormente, a escola e os diversos espaços nos quais as PcD estão inseridas não estão preparados para lidar com esse tipo de diferença, pois elas fogem de um padrão de perfeição que está arraigado em nossa sociedade. Com isso, essas pessoas são vistas com outros olhos e se estabelece um pré-conceito acerca delas.

Em muitas das entrevistas feitas pelos autores selecionados, seus entrevistados relatam que, em algum momento da vida, tiveram vergonha de se

reconhecer enquanto pessoa com deficiência. Nos estudos com os participantes com deficiência visual, foi relatado por alguns a vergonha de usar bengala, pois com o uso do objeto todos saberiam que esse indivíduo tinha uma particularidade. Sobre isso, Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.8 *apud* Nogueira, 2019) dissertam que:

[...] a desvantagem social vivenciada pelas pessoas com deficiência não é uma sentença da natureza, mas o resultado de um movimento discursivo da cultura da normalidade, que descreve os impedimentos corporais como abjetos à vida social.

Essa desvantagem social começa desde o início da vida desses indivíduos, as vezes no próprio contexto familiar, espaço em que tende a ocorrer processos de superproteção e tutela; como é o caso do estudo de Souza (2018), que traz a perspectiva da vida de sete sujeitos com deficiência intelectual, com idades que variam de 18 a 46 anos. Desses sujeitos, todos relatam a superproteção da família e, normalmente, não estabelecem vínculo com pessoas que estão fora do seu convívio familiar ou dos centros de assistência que frequentam. Um exemplo disso é a entrevistada de 46 anos que relatou o fato de sua mãe não permitir que passeie sozinha pela cidade onde mora, pois alega ser muito perigoso.

Este fator nos leva a pensar no papel da escola na vida das pessoas com deficiência. Podemos atribuir a escola um espaço de suma importância para a quebra dessa dependência e tutela, pois a vivência nessa instituição pode possibilitar a socialização e a apropriação de conhecimentos necessários para potencializar a autonomia e emancipação dessas pessoas.

Sobre o processo de formação das pessoas com deficiência, Dainez e Smolka (2019) ressaltam um ponto dissertado por Jannuzzi (1985, 2006) que indica a “necessidade da construção de um sistema de ensino público consistente e articulado com um projeto político e educacional, sem cunho filantrópico, que contemple a formação humana integral dessa população.”

Ainda que o apoio da inserção da PcD tenha aumentado significativamente, não há a garantia do sucesso escolar desses indivíduos, principalmente dos alunos com deficiência intelectual, como podemos perceber nos estudos de Souza (2018) que, dentre os entrevistados, apenas duas PcD concluíram a Educação Básica. Por mais que a escola seja um espaço que possa proporcionar uma maior autonomia e socialização para os estudantes com

deficiência, ela ainda é permeada de contradições, levando em consideração que a instituição escolar ainda não dá conta de atender as subjetividades dos indivíduos que estão inseridos nela.

Dito isso, é importante ressaltar que a escola é percebida por esses sujeitos como um espaço de realizações, possibilidades e socialização (Souza, 2023). Em contrapartida, alguns entrevistados relataram que não gostavam de frequentar o espaço escolar, tendo em vista que sofriam bullying de seus colegas e, muitas vezes, tinham que se virar para aprender, pois os professores faziam pouco caso quando o assunto era deixar a aula inclusiva ou na adaptação dos materiais (Coelho, 2016 e Peres, 2016).

Desta forma, é importante pensar na organização da escola para atender as subjetividades e a diversidade existente em nossa sociedade, pois, apesar de haver um avanço nas normas legislativas que visam incluir as PcD dentro da escola regular, o processo de implementação das mesmas ainda é um desafio que precisa ser considerado (Coelho, 2016; Peres, 2016 e Saccol, 2022). Há muitas lacunas a serem aprimoradas, como a acessibilidade atitudinal, comunicacional, a acessibilidade de materiais e no que tange a formação dos docentes que ficam com o papel de educar esses sujeitos, tendem a apresentar uma formação bem precária (Carvalho, 2015 e Saccol, 2022).

Souza (2023) reforça que a educação tradicional e homogeneizadora ignora a singularidade de seus alunos, seja ele com deficiência ou não e denuncia esse sistema que era para ser acolhedor, mas que estigmatiza e exclui as PcD. Ainda segundo Souza, é preciso compreender a necessidade e empreender uma abordagem diferenciada para o estudante com deficiência. Essa talvez seja a maior dificuldade dos professores, seja pela inexperiência com tal situação, pela defasagem de sua formação, ou ainda pela falta de materiais, instrumentos e apoio pedagógico.

A ação docente é um fator de relevância no processo inclusivo, o que é comprovado pelas memórias de sujeitos da pesquisa de Saccol (2022) sobre professores que os deixaram à parte do processo educacional e, outros, que por meio de seu compromisso com a inclusão, transformaram sua história de vida.

Fazer a crítica dos ideais individualistas, psicologizantes e biologizantes, que ainda mascaram as condições sociais e políticas sob as quais nossa educação atual se realiza, é fundamental para tomar uma posição crítica frente às ações que buscam no diagnóstico

individual das crianças a causa dos problemas escolares. Reconhecer esta dinâmica é o primeiro passo para superá-la (COTRIN, 2013)

Ou seja, é preciso quebrar com os paradigmas da educação tradicional para conquistarmos uma educação inclusiva, tendo em vista que no tradicionalismo as subjetividades são totalmente ignoradas para que todo aluno se adeque a um padrão de cidadão conforme os interesses do sistema capitalista.

Esses problemas também são relatados nos estudos que abordam sobre a inclusão no Ensino Superior (Carvalho, 2025; Coelho, 2016; Torres, 2018; Nogueira, 2019; Saccol, 2022), sendo algumas delas: a demora para chegar materiais adaptados para leitura (por exemplo), falta de acessibilidade nos campus (calçadas esburacadas, falta de piso tátil etc.) e falta de preparo dos professores para receber esses indivíduos. Em paralelo a isso, é dissertado por alguns sujeitos (Coelho, 2016) que os amigos os ajudaram muito em várias questões durante o processo formativo, como com a mobilidade pelo campus, ajuda em deixar os materiais acessíveis etc.

Podemos perceber que muitos problemas da Educação Básica perpassam até o Ensino Superior, mas, apesar disso, Torres (2018) relata que suas entrevistadas (mulheres com deficiência) falam que a universidade gerou uma emancipação na forma de encarar a vida e as ajudaram a superar as situações opressivas que vivenciavam. Além disso, elas relatam suas aspirações para o futuro, mencionando a questão financeira como uma das principais para viverem confortavelmente.

Nos estudos selecionados, as PcD atribuem um papel central à educação/qualificação para adentrar no mundo do trabalho e para conseguir ter um plano de carreira dentro desses espaços. Alguns dos entrevistados por Viana (2023) revelam que perderam oportunidades por causa da falta de formação.

Ademais, é necessário abordar sobre a permanência e o acesso desses sujeitos nas instituições escolares. Sobre esse aspecto, Silva e Pimentel (2022, p.122 *apud* Saccol, 2022) ressaltam que:

o processo de inclusão dos/as estudantes nas IES é caracterizado por desafios e dificuldades devido a diferentes entraves relacionados com infraestrutura e recursos humanos, bem como com o material pedagógico e as estratégias metodológicas disponíveis nas instituições. A garantia de acesso é vista inicialmente como porta de entrada para esses/as estudantes na universidade, mas tal ingresso, embora amparado por leis e políticas específicas, não é suficiente; ao

contrário, só passa a fazer sentido quando encontra, em suas bases, relação direta com o processo de permanência.

Levando em consideração a permanência desses estudantes, como vimos no tópico anterior, existe o programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Incluir) e, além disso, algumas universidades contam com programas próprios visando a acessibilidade e o suporte aos estudantes com deficiência. Em contrapartida, por mais que exista esse suporte, alguns deles relatam que se sentem incomodados por terem que pedir recursos para que a inclusão aconteça e outros relatam que esse auxílio deixou o processo formativo mais leve (Nogueira, 2019).

A importância do processo formativo pode ser vista nos demais estudos, como no de Peres (2016), que entrevistou servidores públicos com deficiência e a maior parte deles relataram que sempre tiveram incentivo de seus familiares para estudar e serem independentes. Dito isso, a maioria dos entrevistados atuaram no setor privado antes de serem aprovados nos concursos públicos (alguns deles passando em mais de um) e, além do grande apoio da família, tiveram condições e vontade de continuar estudando. Apesar disso, todos relatam que já tiveram algumas dificuldades na vida por serem PcD, o que também foi relatado em outros estudos. Ainda, segundo a autora, “[..] as falas aqui analisadas revelam que os servidores percebem o preconceito como algo enraizado, fruto de uma construção histórica e que é de difícil modificação” (Peres, 2016).

Em consonância a isso, uma das entrevistadas por Peres (2016) ressalta que, mesmo com qualificação, as PcD tendem a ficar em cargos “inferiores”, sem plano de carreira:

Mari complementa, dizendo que não importa se “a pessoa tem uma qualificação, uma especialização, um mestrado, um doutorado pra ocupa um cargo maior, é muito raro” e que normalmente “a pessoa com deficiência fica, assim, em um nível, assim, não no alto escalão, digamos assim, mas no médio”.

Ou seja, o preconceito e o estigma ainda permeiam em nossa sociedade, o que dificulta, de fato, a inclusão desses indivíduos nas diversas esferas sociais. É importante frisar que cada experiência é única e que, em algumas falas, os entrevistados dos estudos (Viana, 2023) chegaram a receber oportunidades de subir de cargo em seus respectivos empregos, mas, infelizmente, segundo os dados citados anteriormente, isso ainda é exceção quando falamos dos sujeitos

com deficiência. Essa exceção é notada na fala de Machado, entrevistado de Saccol (2022), quando diz que

“No início, quando eu saí dos correios pra achar trabalho, uma coisa me indignava bastante assim... porque eu chegava nos lugares, as pessoas diziam que meu currículo era muito bom, que tinham gostado de mim, “mas... tu é cego, a gente não sabe o que fazer”.

As PcD ainda são minoria no contexto laboral e, quando estão trabalhando, relatam alguns entraves, sendo esses: falta de acessibilidade; preconceito; falta de credibilidade; ênfase na deficiência como incapacidade; alta exigência de experiências anteriores; falta de suporte; desvalorização; desconhecimento sobre as diversas deficiências; falta de qualificação e; dificuldade para chegar até o ambiente de trabalho.

Além desses entraves, os funcionários públicos com deficiência relataram a falta de adaptação no ambiente de trabalho e que, por mais que eles as solicitem, esse processo demora muito e, as vezes, as manutenções para deixar o ambiente acessível não acontecem; o que pode acarretar problemas para esses trabalhadores. Como é o caso de uma das participantes, que teve uma piora na sua visão pela falta da manutenção em seu ambiente de trabalho.

Apesar disso, os funcionários públicos com deficiência relatam que se sentem orgulhosos por terem ingressado através das cotas pelos seguintes motivos: de se reconhecer enquanto PcD e pela liberdade em solicitar os ajustes necessários, por mais que demorem para ser atendidos (Peres, 2016). Sobre o assunto, Peres (2026) ressalta que os servidores com deficiência atribui ao trabalho “posição central em suas vidas” e atrela isso ao fato de que ocuparam a maior parte de suas narrativas falando sobre o ambiente laboral.

Uma menção de suma importância a se fazer é o fato de apenas um estudo abordar a questão do gênero e da deficiência, apesar de que quase todos os materiais apresentaram relatos de mulheres com deficiência e, percebe-se com a leitura desses, que esse marcador social da diferença (ser mulher), dificulta muito mais a entrada no mundo do trabalho, principalmente por estarmos inseridos numa sociedade machista e patriarcal, como podemos notar no seguinte relato de uma das entrevistadas por Peres (2016):

Com dezoito, quase dezenove anos, Ana Clara teve o seu primeiro filho. Considera que foi mãe muito cedo, condição que também influenciou para sua entrada tardia no mercado de trabalho, pois não tinha com quem deixar seu filho. Antes mesmo de ser mãe, já sentia a dificuldade de conseguir o primeiro emprego, acredita que foi por não

ter nenhuma experiência anterior e por não ter feito faculdade, ainda sente-se frustrada por isso. Chegou a ter algumas experiências, que não passaram de uma semana, por isso desconsidera-as.

É imprescindível ressaltar que para a PcD chegar até o contexto laboral, ela passou por outras instituições ao longo de sua vida e isso influenciou as suas experiências e expectativas. Levando isso em consideração, Torres (2018) afirma que o indivíduo traz consigo as formações a qual foi submetido ao longo da educação infantil, ensino fundamental e médio” e enfatiza que, especificamente para as PcD

[...] a escola ainda está encontrando caminhos para organizar-se e ofertar uma educação que atenda as demandas desses sujeitos. As atuais pesquisas que versam sobre as práticas escolares, apontam para uma necessária superação de barreiras físicas, morais e principalmente, atitudinais.

Esses aspectos citados pelo autor ficou evidente nos estudos selecionados na pesquisa: há muito o que melhorar nos diversos âmbitos sociais para que a inclusão aconteça de forma plena. Com isso, ressaltamos mais uma vez que, apesar dos avanços no que tange as legislações, ainda é necessário lutar para suplantarmos o preconceito e o capacitismo, assim como efetivar meios de acessibilidade, reivindicando formas dignas de vida pautada na igualdade e justiça social.

6. CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo investigar a trajetória de vida das PcD, focalizando o processo de escolarização, a fim de identificar os fatores que contribuíram para o acesso ao mundo do trabalho. Com isso, selecionamos estudos que relataram o processo de educação desses indivíduos, até chegar onde estão atualmente.

É importante lembrar que essa pesquisa é a continuação de uma Iniciação Científica que investigou os processos de inclusão no mundo do trabalho, a qual ocorre de forma muito lenta e precária para esses indivíduos. Nos trabalhos examinados no presente estudo, tais dificuldades são relatadas ao longo da história de vida das PcD, como o bullying na escola, a falta de acessibilidade atitudinal e no que tange os materiais e recursos escolares, a falta de formação dos professores etc. Percebe-se que a falta de inclusão no mundo

do trabalho é uma consequência das dificuldades que as pessoas com deficiência sofrem desde que são crianças.

Outra problemática apresentada é o modelo tradicional de educação, que ainda é vigente atualmente. Nele, busca-se formar indivíduos acríticos para atuar no mercado de trabalho e, nesse processo de formação, a instituição escolar ignora as particularidades do seu alunado. Por isso é de suma importância uma educação crítica, que considere a diversidade escolar e que propicie aos alunos refletirem sobre o contexto social no qual estão inseridos. Ademais, a educação crítica busca mostrar aos alunos que eles são cidadãos com direitos e deveres, o que também favorece os alunos com deficiência a se reconhecerem enquanto PcD e ir atrás de seus direitos no que tange a acessibilidade, por exemplo. Tendo isso em vista, é preciso ofertar uma educação de qualidade para as PcD desde os anos iniciais e, se preciso, mudar as metodologias existentes em sala de aula que, em sua maioria, não contempla nem os alunos sem deficiência.

Sobre os estudos selecionados, apenas um trabalho focalizou especificamente a deficiência intelectual e os entraves que ocorrem no processo educacional dessa população, impedindo, muitas vezes, a conclusão da educação básica. Além disso, nesse estudo foi pautado sobre a superproteção da família e a inferiorização que o núcleo familiar atribui a pessoa com deficiência intelectual, considerando-a menos capaz. Paralelamente, apenas um estudo abordou a questão do gênero e da deficiência, o que denuncia uma defasagem nas pesquisas sobre pessoas com deficiência intelectual e, sobretudo, a situação da mulher com deficiência.

É notório que os estudos buscaram dar voz para as pessoas com deficiência e pautar a inclusão através da perspectiva desses indivíduos, o que torna importante o lema da luta anticapacitista: “Nada sobre Nós sem Nós”.

Com essa pesquisa pudemos compreender sobre os processos de escolarização, conhecer as formas de apoio/suporte e os entraves que permeiam as vivências das PcD até a inclusão no mundo do trabalho e, ainda, pautar as barreiras e possibilidades presentes nesse contexto, nas quais podemos citar: a falta de acessibilidade, a falta de preparo e conhecimento acerca da deficiência, o preconceito e estigma sobre esses sujeitos, falta de suporte, desvalorização desses indivíduos e a falta de credibilidade atribuída a eles.

Podemos dizer que os objetivos da pesquisa foram cumpridos e, mais do que isso, essa pesquisa pode ser uma porta de entrada para outros estudos que pretendam investigar as trajetórias de vida das pessoas com deficiência e a inclusão social, além de deixar explícito a necessidade e urgência de mais estudos sobre a questão do gênero e da deficiência. Ainda temos muito no que avançar para incluirmos as PcD nos diversos âmbitos sociais e é imprescindível estudar e melhorar as legislações que dissertam sobre a inclusão, o acesso e a permanência das PcD na Educação Básica e Superior, além da formação em educação inclusiva para os futuros docentes, pois só assim essa parcela populacional terá acesso a uma educação de qualidade, que enxergue suas potencialidades, sendo necessária uma educação crítica, respeitosa e empática com seus alunos, a fim de ressaltar as potencialidades de todos e preparar esses alunos para atuar socialmente, respeitando as diversidades existentes e, assim, lutando por uma sociedade mais acessível e inclusiva e pela emancipação humana desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.508**, de 24 de setembro de 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.214**, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Planalto. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art20. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Planalto. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Planalto. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LTDA. Presses Universitaires de France, 1977. Acesso em: 05 jan. 2021.

BOMFIM, Laís Chaves; DOUNIS, Alessandra Bonorandi; PORANGABA, Márcia Izabela Mendes; SILVA, José Júnior Bezerra da. Processos de inclusão e exclusão da pessoa com deficiência visual no mercado de trabalho. **Diversitas Journal**, Volume 6, Número 3 (jul./set. 2021). Disponível em: <https://revistasg.uff.br/sg/article/download/1236/775>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVES, Taísa Grastela Gomes Liduenha; TELLES, Rute T.; MACALLI, Ana Carolina. Deficiência e Desigualdade Social: o recente caminho para a escola. **SciELO**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/SmgTch5MrHZ6wjyLqJPyr8y/#>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>. Acesso em: 3 dez. 2021.

CARVALHO, Cristina Linares Cintra de. **Pessoas com deficiência no ensino superior**: percepções dos alunos. 2015. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.12.2015.tde-04092015-104118. Acesso em: 2024-01-05.

CHAER, Prof. Galdino; DINIZ, Prof. Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Prof.^a Dr.^a Elisa Antônia. A TÉCNICA DO QUESTIONÁRIO EDUCACIONAL. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

COELHO, Lilian Freitas. Identidade e intracultura nas trajetórias de vida dos estudantes com deficiência visual dos cursos de licenciatura do Instituto Federal Do Ceará (IFCE) E DA Universidade Federal do Ceará (UFC). 2016. 137f. - Dissertação (Mestrado)- Universidade de Salamanca, Mestrado em Antropologia de Iberoamérica, Espanha, Salamanca. 2016.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 45, p. e187853, 2019. DOI: 10.1590/s1678-4634201945187853. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/157593>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GARCÍA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2014, v. 12, n. 1, pp. 165-187. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>. Acesso em: 29 maio 2021.

GARCIA, Vinícius Gaspar. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho = histórico e contexto contemporâneo**. 2010. 199 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286387>. Acesso em: 17 set. 2021.

GIMENES, Antonia Maria; BECHARA, Matheus Toledo; ÁVILA, Renato Nogueira Perez; RODRIGUES, Bruna Cardoso; ARAÚJO, Deise Cristina dos Santos. A dificuldade da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Faculdade Inesul**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426199840.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. REFLETINDO OS CRITÉRIOS DE QUALIDADE DA PESQUISA QUALITATIVA. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Vol. 3, Nº. 2, 2005, págs. 80-89. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7882368>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GONSALVES, Tânia Maria Goretti Donato. A aceitação como núcleo central na afirmação da pessoa com deficiência no mundo – desafio paradigmático à Educação Especial, 2012. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GONÇALVES, A. M.; GUERRA, D.; DEITOS, R. A. Avaliação em larga escala e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): dimensões da política de contenção e liberação no Brasil. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp1, p. 891–908, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14018>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GONÇALVES, T. G. G. L.; MELETTI, S. M. F.; SANTOS, N. G. dos. Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil. **Crítica Educativa**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. p.24–39, 2015. DOI: 10.22476/revcted.v1i2.37. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/37>. Acesso em: 28 jan. 2024.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, Out.-Dez., 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v20n4/1980-5470-rbee-20-4-00555.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, 2004, n. 24, pp. 213-225. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>. Acesso em: 05 jul. 2021.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. *Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. *A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho*. 2009. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20Ivone%20Fortunato%20Laraia.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho**: discursos e contradições. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 176 p.

MACIEL, Álvaro dos Santos. **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Jacarezinho, PR, p. 149. 2010. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp146071.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARIANO DA ROSA, L. C. A lei natural, o direito de propriedade e a coexistência das liberdades: individualismo moderno e liberalismo político no contratualismo de Locke. **Filosofando: Revista Eletrônica de Filosofia da UESB**. Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 54-75, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/2186>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MARTINS, Marcos Francisco. *Pedagogia do Engajamento: Considerações Sobre a Desumanização e as Possibilidades de sua Superação*. **Práxis Educativa**, [s. l.], v.3, n. 1, 2008, p. 55-66. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89430106.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

NEVES, José Luis. PESQUISA QUALITATIVA - CARACTERÍSTICAS, USOS E POSSIBILIDADES. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, nº 3, 2º semestre/1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

NEVES-SILVA, Priscila; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria. *Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva*. **SciELO Brasil**, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Mmjpyg5Ks9BPntStrwCzChR/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 jul. 2023.

NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. *Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde*.

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni. *Educação Superior e inclusão: trajetórias de estudantes universitários com deficiência e a intervenção da terapia*

ocupacional. 2019. 173 p. Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba (SP), 2019.

PERES, Amanda Grasiela da Luz. Sentidos e significados do trabalho para servidores públicos com deficiência: um olhar a partir de trajetórias de vida e trabalho. 2016. 182 p. Dissertação de Mestrado em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Rafaella Portes Diniz; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. O trabalho do deficiente como fator de desenvolvimento. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, Cad. psicol. soc. trab. vol.13 no.2 São Paulo set. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172010000200004. Acesso em: 03 jun. 2023. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3):863-872, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/x4Ct7sJ4krY7wzGH5XX57nR/?lang=pt#>. Acesso em: 09 set. 2023.

RODRIGUES, Pollyanna Salles; PEREIRA, Éverton Luís. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. **SciELO Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/CtnGmHHjf9Z5zpCpzdWJVky/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SACCOL, Lilian Roberta Ilha. Da perda da visão ao exercício da docência : a narrativa de vida de Daverlan Dalla Lana Machado. 2022. 149 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2023.

SANTOS, Samara Fernandes dos; SOUZA, Daniel Cerdeira de. Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho – Revisão da literatura. v. 11, n. 16, e80111637688, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/37688/31426/414992>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano; GAIATO, Katia Regina Moreno. Educação Especial: da filantropia ao direito à escola. Fapesp. 2013.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de e ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**. v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Nathalia Eugenio de. Narrativas de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma reflexão sobre autopercepção e trajetória escolar a partir da metodologia de História de Vida. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Tauane Andrade de. **TRAJETÓRIA ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATÉ A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES**

FAMILIARES E ESCOLARES. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara.

TORRES, Natali Esteve. Trajetórias de Mulheres com Deficiência na Educação Superior: barreiras e possibilidades. 2018. 133 p. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).

VIANA, Mayara Macarine Albuquerque. Processos de capacitação e construção de trajetórias laborais de pessoas com deficiência em Dourados MS. 2023. 198 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade da Grande Dourados, Dourados (MS), 2023.

